

DA TEORIA ELOCUTIVA DA TRADUÇÃO RENASCENTISTA¹

Mauri Furlan

As reflexões sobre a prática da tradução produzidas no Renascimento revelam-nos que naquele período se assentaram as bases da tradutologia contemporânea, mas antes comprovam que havia uma unidade de pensamento e de atuação, uma teoria da tradução. Nossa leitura para aqueles textos não pode prescindir da reflexão sobre a concepção de linguagem então vigente. É ela que nos dá a chave de compreensão do pensamento renascentista sobre tradução, e a partir dela estruturamos os pensamentos da época sobre a questão sob uma forma que chamamos de *teoria elocutiva da tradução no Renascimento*.

Embora seja polêmica a divisão temporal da história do Ocidente com relação aos períodos conhecidos como Idade Média e Renascimento – para Le Goff (2006), por exemplo, o Renascimento do século XII introduziu mais mudanças do que o do século XVI, que foi apenas “um conjunto de acelerações e de inflexões” (Le Goff 2006: 179) – nosso trabalho se centra sobre o século XVI, porque, à parte o fato de ser um estudo da história da tradução, é comprovadamente a partir deste século que proliferam reflexões sobre a prática da tradução, e tal fenômeno se dá em vários países europeus. E mais, a concepção impressa e expressa nesses textos assenta as bases de nossa concepção moderna de tradução, no sentido de textualização artística e reprodução próxima do texto fonte. Ler os renascentistas é reencontrar as bases de nossas modernas teorias da tradução. Mas para entender o pensamento renascentista sobre tradução necessitamos entender algo da cosmovisão daquele tempo, de sua concepção de linguagem e de escrita, a fim de não produzirmos anacronismos deformantes e conclusões equivocadas.

As pesquisas que, desde meu doutorado, venho conduzindo sobre este tema², buscam fortalecer minha proposta de compreensão da prática e reflexão sobre a

¹ Apresentado no X Encontro Nacional de Tradutores e IV Encontro Internacional de Tradutores, Ouro Preto – MG, em setembro de 2009.

² Referencio aqui alguns trabalhos publicados: **La retórica de la traducción en el Renacimiento – elementos para la constitución de una teoría de la traducción renacentista**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2002; “A teoria de tradução de Lutero”, **Übersetzung und Übersetzen aus dem und ins Portugiesische**. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, v.10, 2004, p.10-21; “Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente – I. Os Romanos”, **Cadernos de Tradução**, n. VIII. Florianópolis: NUT, 2003, p. 11-28; “Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente – II. Idade

tradução renascentista dentro de um esboço teórico que podemos chamar de *teoria elocutiva da tradução renascentista*. A construção desta teoria elocutiva é fruto da leitura de textos da época que refletiram sobre a tradução então praticada, claro que uma leitura feita sob condições determinadas.

Sem entrarmos nos detalhes de uma exposição dos pressupostos básicos para essas leituras, há de se ressaltar, contudo, aquilo que se dá por assentado:

1. *Toda prática linguística — e a tradução é uma prática linguística — reflete uma específica concepção da linguagem* (e, conseqüentemente, uma concepção específica de tradução, uma teoria, quase sempre inconsciente da tradução. Dizer “quase sempre inconsciente” equivale a dizer que os tradutores, mesmo quando traduzem não pautados por princípios específicos e conscientes, imprimem em sua escritura uma concepção de tradução, que pode ser apreendida mediante a análise de sua prática utilizada).
2. *Falar de uma teoria da tradução no Renascimento é supor como princípio alguma unidade de pensamento e de atuação em uma prática linguística em um período histórico relativamente delimitado*. Essa unidade pode ser percebida sobretudo na teoria da linguagem comum à Europa Ocidental da época, que se reflete na estética literária, e portanto na tradução produzida. Essa teoria da linguagem é a teoria da retórica. E a nova estética literária do Renascimento é a chamada de neoclassicismo.
3. *A teoria da linguagem desde a Antiguidade clássica grega e por durante quase dois mil anos foi a teoria da retórica, mas essa teoria, embora conservando determinadas características através dos tempos, sempre apresentou especificidades em cada período histórico*. Considerando que a retórica clássica é, pois, o código que plasma a teoria da linguagem no

Média”, **Cadernos de Tradução**, n. XII. Florianópolis: PGET, 2005, p. 09-28; “Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente – III. Final da Idade Média e o Renascimento”, **Cadernos de Tradução**, n. XIII. Florianópolis: PGET, 2005, p. 09-25; **Clássicos da Teoria da Tradução. Antologia bilingüe, Vol. 4, Renascimento**. Florianópolis: NUPLITT, 2006; “A tradução retórica do Renascimento”, in Mauri Furlan (Org.), **Clássicos da Teoria da Tradução. Antologia bilingüe, Vol. 4, Renascimento**. Florianópolis: NUPLITT, 2006, p. 15-45; “Leonardo Bruni i fondamenti della teoria della traduzione”, **Mosaico Italiano**, n. 26. Niterói, RJ: Ed. Comunità, 2006, p. 16-18; “Fausto da Longiano e a tradução retórica do século XVI”, **Revista de Italianística**, XIV. USP, 2006, p. 153-176; “Étienne Dolet e o modo de traduzir bem de uma língua a outra”, **Cadernos de Tradução**, n. XXI. Florianópolis: PGET, 2008, p. 67-86.

Renascimento, a ênfase recai agora sobre o seu sistema operador neste período determinado.

4. *E o sistema operador da retórica renascentista é o da elocutio. Explico.* Trabalhamos com o conceito de retórica em dois sentidos e âmbitos: o primeiro, diacrônico, enquanto concepção da linguagem desde a Antiguidade até o Renascimento, diferenciando-se ao longo da história com a mudança da concepção de linguagem, e, o segundo, sistemático, enquanto uma disciplina dos estudos clássicos e humanistas e também enquanto a estruturação formal da concepção da linguagem. As três grandes partes da retórica clássica (vide quadro 1), enquanto sistema, nos facilitam entender o sistema operador de cada grande período histórico e são chamadas: *inuentio*, *dispositio* e *elocutio*. Em nossos estudos vamos percebendo como em cada momento histórico a ênfase recai sobre estas distintas partes da retórica, caracterizando, assim, a concepção e prática da linguagem de cada período. Damos, pois, por assentado que o sistema operador da retórica renascentista é o da *elocutio*, assim como o da Antiguidade clássica romana é o da *inuentio-elocutio*, e o do Medievo o da *inuentio*.

É muito interessante analisar a concepção e prática da tradução em cada um desses períodos a partir destes conceitos da retórica. Grosso modo, a *inuentio* é a parte cujo objetivo é encontrar o que dizer, ou seja, encontrar o tema e os argumentos adequados a ele. Trata-se, portanto, de uma operação mais extrativa do que criativa. Tudo já existe, é preciso somente reencontrar. A segunda parte, ou fase, é a do processo elaborativo, chamada de *dispositio*, e vem colocada depois da *inuentio*, embora não haja uma separação temporal entre as duas. A *dispositio* consiste na ordem ou disposição das ideias e pensamentos encontrados mediante a *inuentio*. A terceira fase é a da *elocutio*, ou seja, a passagem à linguagem das ideias encontradas na *inuentio* e ordenadas na *dispositio*, ao mesmo tempo em que é a estilização do discurso. Os preceitos da *elocutio* são cinco (vide quadro 2): *latinitas*, *perspicuitas*, *ornatus*, *aptum*, *uitia*. Esses conceitos nos ajudam a entender a concepção do processo criador nas atividades literárias de outrora, e em nosso caso, o Renascimento.

Toda criação literária se originava de três operações distintas: *inuentio*, *dispositio* e *elocutio*. As duas primeiras tratavam das *res* (o assunto), a última das *uerba* (as palavras); mas a *dispositio* também trabalhava de alguma forma com as

uerba. O processo começava com a *inuentio*, que consistia da reunião do material, *res*. Depois de reunido, devia ser organizado numa ordem lógica, a *dispositio*. Por fim, o material ordenado era colocado nas palavras durante a *elocutio*. Havia dois tipos de *elocutio*: a *constructio* era controlada pela gramática e objetivava a correção da frase; a *compositio* era controlada pela retórica e objetivava a correção do estilo.

Uma vez que a tradução trabalhava sobre um texto definido e não necessitava nem podia tratar dos aspectos retóricos próprios da *inuentio* e da *dispositio*, a parte da retórica que lhe cabia cuidar era a *elocutio*. A *elocutio* se referia essencialmente à materialização das ideias e ao estilo, à escolha dos termos e sua *compositio*.

Ao trabalhar a *elocutio*, o tradutor cuidava da *latinitas*, a forma de expressar-se com correção idiomática; da *perspicuitas*, a clareza, a compreensibilidade intelectual; do *ornatus* – a mais importante das partes. O tradutor cuidava ainda das outras partes da *elocutio* conhecidas como *aptum*, que buscava a harmonia de todas as partes, e dos *uitia*, aquilo que deveria ser evitado.

A concepção e prática de tradução no Renascimento devem ser entendidas dentro desses parâmetros, para não cairmos num anacronismo deformador, como observado anteriormente.

Isso posto, devemos ainda considerar — mesmo que em hipóteses — alguns fatores que possibilitaram o desenvolvimento da teoria da tradução no Renascimento.

Aventa-se que, com o fim do Império Romano do Oriente, em 1453, e a invasão de Constantinopla pelos turcos, muitos eruditos, filósofos e mestres de retórica bizantinos fugiram de sua terra buscando refúgio na Itália. Com sua chegada, renasce na Itália o ensino da língua e da filologia gregas, junto com a difusão de muitos manuscritos levados pelos bizantinos. O amadurecimento de uma nova concepção de traduzir teria sido pois favorecido pelo retorno aos clássicos gregos, porque a tradução de um texto grego, muito mais que a de um latino, ajudaria a perceber a distância com relação ao texto que se traduzia e daria maior relevo às questões filológicas. A nova estética literária emergente (conhecida como neoclassicismo, primava pela correção, clareza, ordem, variedade e elegância), aliada ao método filológico aportado pelos bizantinos, leva os humanistas italianos a quererem recuperar os textos antigos em sua própria essência, libertando-os do peso das interpretações e interpolações seculares a que haviam sido submetidos. A recuperação do texto original isento de interpretações requer uma tradução também

livre de interpolações de qualquer tipo. Acréscimos, omissões e mudanças na tradução, tão característicos da prática medieval, tornam-se no Renascimento procedimentos restritos a questões pontuais da tradução. A palavra representa o pensamento: traduzir as palavras é traduzir o pensamento, como bem expressa um dos maiores teóricos italianos da tradução no século XVI, Sebastiano Fausto da Longiano, quando pergunta: “A tradução que representa as palavras não representa necessariamente também os pensamentos?” (1991: 73). Traduzir é não trair o pensamento do original, mas além disso é também uma questão de estilo: ater-se ao modelo, mas principalmente tornar inteligível e agradável aquilo que se traduz.

As fontes do discurso renascentista que se fazia sobre o modo de traduzir são onstituídas, em grande parte, de prólogos, prefácios, introduções, leis, ensaios, comentários, críticas, dedicatórias e cartas a traduções. Para sistematizar o pensamento contido naquelas reflexões sobre a prática da tradução, elaboramos um esquema, entre tantos outros possíveis, e o chamamos de teoria elocutiva da tradução no Renascimento:

I. Requisitos básicos

1. Domínio da língua de partida
2. Domínio da língua de chegada
3. Conhecimento da matéria
4. Uso do ouvido ou habilidade poética

II. *Elocutio*

III. Principais problemas da tradução

1. Língua do original e língua da tradução
2. Conteúdo e forma, sentido e palavra, espírito e letra
3. Reconhecimento dos valores (estéticos) do original e busca de uma forma análoga na tradução

IV. O leitor

1. Uso da língua comum
2. Sonoridade do texto produzido

V. Tipologia de textos e de tradução

Explicitamos, a seguir, o esquema apresentado:

I. Requisitos básicos. Grande parte das reflexões renascentistas sobre a tradução apresentam uma concepção hermenêutica do traduzir, que supõe uma interpretação correta do sentido do texto a ser traduzido. Uma interpretação correta e uma posterior tradução correta dependem de alguns fatores, que foram apresentados unanimemente pelos teóricos renascentistas da tradução: o domínio da língua de partida, o domínio da língua de chegada, o conhecimento da matéria e o uso do ouvido ou habilidade poética. O domínio da língua de partida não deve ser entendido como apenas um conhecimento linguístico da língua do texto original, mas um conhecimento filológico, da cultura, da história e de toda sua literatura; o domínio da língua de chegada, por sua vez, significa um profundo conhecimento linguístico, gramatical e vocabular da língua na qual se traduz, bem como de sua literatura, sociedade, cultura e história. Mas tudo isso é vão, nos diz Fausto da Longiano, sem o conhecimento da matéria a ser traduzida: “Não se pode chamar de tradução aquela de quem traduz o que não entende, mesmo que possua conhecimento total e perfeito das línguas. Muitos, sendo apenas linguistas tentaram traduzir a matéria mas cometeram inúmeros erros” (1991, p. 69). Para traduzir é necessário possuir grande capacidade de compreensão das línguas e das ciências. A tradução correta, contudo, deve ainda incluir o quarto ponto, a grande novidade aportada pelos renascentistas: o uso do ouvido, ou habilidade poética. Possuir e usar o ouvido é o requisito que diz respeito à compreensão e reprodução artística do original. Mediante o conhecimento das línguas e da matéria, associado ao bom ouvido, o tradutor se encontra em condições de captar a arte do original inclusive em seus matizes rítmicos e harmônicos, para devolvê-los na tradução. Esse quarto requisito, possuir ouvido, é uma das principais contribuições da nova concepção renascentista de tradução porque se une estreitamente à questão da *elocutio*. Roger Bacon, no século XIII, teria sido o primeiro a apresentar como requisitos fundamentais o domínio de ambas línguas e da matéria envolvidas na tradução. Mas só a partir do século XV, com Leonardo Bruni, começa-se a exigir arte na tradução.

II. *Elocutio*. Com o ascenso da *elocutio* como teoria da linguagem, ela passa de ser um dos elementos do discurso na teoria retórica clássica a constituir-se numa teoria estética literária. Há que se entender *elocutio*, nesse contexto, não como um simples conjunto de regras de ornamentação do discurso, mas como uma operação que abarca o discurso como um todo, corpo e substância, estendendo-se à literatura em sua totalidade, na qual se situa a tradução, ou seja, como textualização, no sentido

linguístico de produção de enunciados orais ou escritos, mas textualização artística. A *elocutio* renascentista na teoria da tradução se propõe a produzir arte textual na língua de chegada, mas sempre a partir da recuperação de toda a arte do modelo, perseguindo uma forma até então impraticada de fidelidade ao pensamento e à expressão. E entre os principais postulados desta nova prática de tradução está a da reprodução da *oratio* do autor original. A *oratio*, ou seja, o discurso, a linguagem, o estilo, a expressão, é o que caracteriza a linguagem de um autor e de uma obra, seu espírito, suas sutilezas. Ao considerar as propriedades de cada língua e sua não-correspondência com outras línguas, reproduzir a *oratio* do modelo na língua de chegada vai equivaler a produzir uma *oratio* nessa língua, e portanto, produzir uma tradução artística, que cuida tanto dos valores estéticos como dos linguísticos.

III. Principais problemas da tradução. Além dos quatro requisitos e da *elocutio*, podemos elencar três importantes problemas discutidos pelos renascentistas: 1. a língua do original e a da tradução; 2. conteúdo e forma; 3. reprodução artística do original. As diferenças e as singularidades de cada língua são, desde a época dos romanos, chamadas de *propriedades*. O respeito às propriedades de cada língua foi um ponto central reclamado pelos renascentistas, para o que, o tradutor deve ter o máximo cuidado de não interferir violentamente no gênio da língua de chegada, nem perder completamente os valores produzidos e próprios da língua de partida. O respeito às propriedades linguísticas está intimamente ligado à necessidade de conjugar, na tradução, o conteúdo com a estética textual, salvaguardando o melhor possível os valores do original: evitando a transposição das formas linguísticas, mas mantendo a função semântica, recriando o estilo, cuidando do ritmo. A exigência de produção de uma tradução mais artística eleva o estatuto da tradução ao nível de gênero literário, e por conseguinte, a transforma numa tarefa difícil e especializada.

IV. O leitor. Outro ponto de destaque e também constituidor da teoria renascentista de tradução é a preocupação com o leitor. Dois princípios são concebidos em nome deste: o cuidado com o uso da língua comum e o cuidado com a sonoridade do texto produzido. A defesa do uso da língua comum objetiva proteger as propriedades da língua de chegada; a função principal da sonoridade é criar estética sonora e auxiliar na memorização.

V. Tipologia de textos e de tradução. Por fim, na nossa seleção dos principais elementos da teoria renascentista da tradução podemos incluir mais um ponto, referente à tipologia de textos e tradução, ou seja, qual seria o melhor modo de

traduzir diferentes tipos e gêneros de textos. Há textos que enfatizam mais o conteúdo, como os religiosos, técnicos e filosóficos; outros, que conjugam conteúdo e forma, como os literários. Porém, em todos, há que se observar o assunto, as propriedades das línguas e o estilo do autor.

Concluindo

A partir das fontes primárias que refletiram nos séculos XV e XVI sobre a *ars* tradutória é possível reconhecer as características da tradução renascentista e compor uma teoria da tradução no Renascimento. Para isso e disso impõem-se algumas afirmações peremptórias. É inegável que o Renascimento europeu, embora concebido como um movimento e não um período (Burke, 1999), se constituiu com uma cosmovisão própria e, principalmente, comum, com uma concepção da linguagem igualmente comum, plasmada na gramática e na retórica clássicas, cujo traço diferenciador com respeito aos períodos anteriores é a ênfase dada à *elocutio*, algo que se reflete na produção literária e, por extensão, na tradução. É irrefutável que o pensamento renascentista concernente à tradução compartia uma concepção comum expressada de forma consideravelmente similar entre si pelos que refletiram a respeito e que suas reflexões não representam fatos isolados, mas revelam conhecimento e continuidade do pensamento de seus contemporâneos e de seus antecessores. O fato de que puderam diferenciar-se conceitualmente dos períodos anteriores é uma grande prova do conhecimento que tinham do pensamento antigo: a ruptura só é possível se houver unidade. O fato de que puderam assemelhar-se conceitualmente dentro de um período histórico delimitado não é em nada casualidade, mas a confirmação de uma fantástica comunhão de ideias e ideais, em um momento em que a divulgação das ideias pela prensa ainda engatinhava. É indubitável que tais reflexões instituem princípios formadores de uma teoria nova e própria que, embora considerada *lato sensu*, preenche os requisitos mínimos das atuais teorizações *stricto sensu*. A novidade daquela teoria está na conjunção dos fatores básicos antigos requeridos ao tradutor com a necessidade de posse do ouvido, de habilidade poética; sua propriedade, na alta valoração da conservação dos valores estéticos do original com a preservação do pensamento presente na obra do autor. A tradução é então concebida como a (re)produção da *oratio* do modelo. Esses valores da teoria da tradução renascentista foram viabilizados pela mudança na concepção da linguagem, quando a linguagem se tornou *elocutio* e *interpretatio*.

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. **El Renacimiento**. Trad. de Carme Castells. Barcelona: Crítica, 1999.
- FAUSTO DA LONGIANO, Sebastiano. “Del modo de lo tradurre d’una in altra lingua secondo le regole mostrate da Cicerone”, in **Quaderni Veneti**, 12 (pp. 57-132), 1991.
- FURLAN, Mauri. **La retórica de la traducción en el Renacimiento – elementos para la constitución de una teoría de la traducción renacentista**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2002. ISBN B.37816-2002 / 84-699-9193-0
- LE GOFF, Jacques. “La Renaissance n’a jamais existé”. **Le Point**, n. 1788-9, 21-28 dez. 2006, p. 179.

Quadro 1

Retórica Clássica
<ul style="list-style-type: none"> • 1. Inuentio <ul style="list-style-type: none"> 1.1. <i>Exordium</i> 1.2. <i>Narratio</i> 1.3. <i>Argumentatio</i> 1.4. <i>Peroratio</i> • 2. Dispositio <ul style="list-style-type: none"> 2.1. <i>Ordo naturalis</i> 2.2. <i>Ordo artificialis</i> • 3. Elocutio <ul style="list-style-type: none"> 3.1. <i>Latinitas</i> 3.2. <i>Perspicuitas</i> 3.3. <i>Ornatus</i> 3.4. <i>Aptum</i> 3.5. <i>Vitia</i> • 4. Memoria • 5. Pronuntiatio

Quadro 2

O Tradutor como Retórico
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Latinitas</i> – correção idiomática • <i>Perspicuitas</i> – clareza, compreensibilidade intelectual • <i>Ornatus</i> – a parte mais importante da <i>elocutio</i>, subdividida em <i>uarietas</i>, <i>figurae uerborum</i>, <i>figurae elocutionis</i>, <i>compositio</i> • <i>Aptum</i> – harmonia das partes • <i>Vitia</i> – o que deve ser evitado